



O CONFLITO LINGÜÍSTICO DA GALIZA

"Mural", Suplemento □
literário [de ?], núm. □
958, 9 Fevereiro □
1985, p. 10.

Na busca da melhor solução para o conflito lingüístico existente na Galiza, logo se depreende, sem muito esforço, um conjunto complexo de correntes lingüísticas e/ou ideológicas, que se configuram numa série de momentos ou fases perfeitamente definidas. A primeira delas consiste na evidência de que o galego, sobrevivendo como dialeto rural, apenas falado e sem tradição literária contínua, não pode opor-se à língua culta e oficial da Espanha. Sendo assim, o galego simplesmente contrasta, mantendo certo sabor regional ou folclórico, com o poderoso idioma de Castela. Trata-se da corrente independentista, também chamada castelhanista, isolacionista ou desintegracionista, que insiste em considerar a língua dos galegos como diferente da portuguesa, razão por que deve procurar, no castelhano, a solução dos seus problemas normativos. Para sustentar tal posição, alegam-se motivos de ordem pedagógica ou didática, tais como as perturbações no ensino da língua oficial, concluindo-se que o futuro do galego não está na perda das suas peculiaridades históricas, o que certamente ocorreria ao fundir-se com o português, mas na sua aproximação ao sistema lingüístico castelhano. Na verdade, a forma atual do galego falado está tão influenciada pelo castelhano, que seria melhor adaptar as falas regionais à língua oficial, evitando-se conflitos desnecessários e possibilitando a convivência pacífica de várias línguas no mesmo território nacional, como parece entender o poder político dominante. Num segunda fase, aqui chamada dialectal, em nítida oposição à primeira, registra-se o admirável esforço de intelectuais e escritores galegos, hoje como ontem, no sentido de representar, literariamente, a sua própria fala local, nem sempre coincidente com as outras falas regionais, mas todas relacionadas entre si. Num terceiro momento, também de oposição ao primeiro, como os demais, o grande e justificado desejo de unificação do idioma iria provocar o aparecimento de uma fase interdialectal, defendendo-se então a idéia de que a língua literária da Galiza devia ser formada de elementos de todas as falas regionais, numa solução evidentemente artificial ou de simples arranjo lingüístico-literário, que não poderia vingar, como não vingou. A propósito, convém lembrar a velha proposição de Dante Alighieri, em *De vulgari eloquentia*, para quem a língua literária da Itália, nação de intensa e variada dialectologia, devia ser exatamente constituída de elementos de todos os dialetos que lá se falavam, numa posição teórica insustentável diante da realidade cultural daquela época, já bem distante. Por isso mesmo, o dialeto florentino, literariamente cultivado pelo próprio Dante Alighieri, aos poucos se foi impondo aos demais, transformando-se na principal fonte da língua literária italiana. Em relação às falas regio-

nais da Galiza, para que tal também ocorresse, seria preciso que ela se tivesse transformado num Estado Espanhol Confederado, de todo autônomo, nele rejeitando-se o castelhano como língua oficial, para que a conseqüente luta entre os dialetos fosse indicando o de maior prestígio social, com força de impor-se aos demais pelo ensino sistemático nas escolas e por intensa atividade literária, até elevar-se à situação de língua nacional de todo o povo galego. Como isso não ocorreu, nem ocorre, pois o castelhano é que é a língua oficial de toda a Espanha, sistematicamente ensinado nas escolas, com rica literatura e dominando os grandes veículos de comunicação de massa, como é o caso da televisão, não há qualquer possibilidade sócio-lingüística de, por esse caminho, chegar-se a qualquer solução. Daí a idéia, num quarto momento, aqui chamado supradialectal, de que se torna inadivável a busca e a fixação de um padrão normativo para a língua galega, perfeitamente capaz de combater e de eliminar a ação desintegradora do castrapo, ultrapassando-se assim a simples tentativa de registro escrito das várias falas regionais, todas já contaminadas pelo castelhano. Aqui, portanto, a normalização do galego comum seria a solução alta, reintegrando-se a língua no sistema luso-brasileiro, que lhe é próprio, para a sua perfeita recuperação literária. Com isso seriam afastadas todas as influências colonizadoras da língua de Castela, sobretudo as que se exercem em nível ortográfico e morfológico, na medida em que a norma culta do português, já plenamente constituída, servisse de base para dirimir qualquer dúvida ou controvérsia, em termos de lingüística comparativa. Mas tudo isso, é claro, com absoluto respeito à própria história interna da língua, que teve a sua origem no mesmo romance peninsular da outra margem do Minho, na formação histórica do galego-português, literariamente cultivado pelos trovadores e jograis da Idade Média. Seria assim uma espécie de reintegracionismo moderado, perfeitamente viável em termos escritos, a partir de um conjunto de normas coerentemente estabelecidas, como parece ser a proposta da Associação Galega da Língua, entre outras entidades culturais e até políticas, em clara oposição às normas estabelecidas pela Real Academia Galega e pelo Instituto da Língua Galega, que cederam à pressão centralista de Castela, no entender das correntes que lhes são contrárias. Diante desse impasse, inquestionavelmente criado, resta dizer que há ainda uma quinta posição, aqui denominada de reintegracionismo radical, mas também chamada lusistas que parte da mesma observação de que o galego, com o passar dos séculos, transmutou-se em simples dialeto rural do português, embora minado pelos empréstimos de adstrato vindos da língua oficial da Espa-

nha, por força de longa e mútua convivência, no mesmo território nacional. Sendo assim, não tem esse dialeto rural condições de impor-se literariamente, em face do poder central e dominante da língua de Castela. Portanto, ao lado das falas regionais, que nenhuma opressão ou decreto oficial conseguiu jamais eliminar, ao longo do tempo, como a História o demonstra, a melhor solução seria adotar integralmente a norma culta da língua portuguesa, já plenamente consolidada, para a expressão literária do galego. Em resumo, para o galego literário, a norma culta seria a portuguesa, permanecendo as falas regionais como modalidades de um dialeto rural, integrado no mesmo sistema lingüístico. Na Suíça, conforme lembram os defensores dessa posição também se fala e se escreve mais de uma língua, sem que isso afete a superior unidade territorial e política daquele povo, que é um dos mais civilizados do mundo. Assim também, na Espanha, onde igualmente se falam e escrevem várias línguas, como o próprio galego, o catalão e basco, sempre ao lado do idioma oficial de Castela, é claro que existe unidade política e territorial mas não lingüística. E a Galiza, politicamente integrada na Espanha, como outra coisa não se pretende, teria então o seu próprio idioma culto e literário, por sua natural reincorporação ao sistema lingüístico de suas origens. Afinal, a língua portuguesa não pertence apenas a Portugal, acrescentam ainda os defensores dessa posição, com cerca de 10 milhões de falantes, mas também ao Brasil, nação autônoma e independente, com 130 milhões de falantes, ao lado de cinco nações africanas, também autônomas e independentes, cada uma delas com vários dialetos, aliás bastante diferenciados, mas todas recorrendo ao português, em suas diferentes modalidades cultas, como língua oficial e literária. E a reintegração total da Galiza no seu mundo lingüístico, mundo de que ela é a própria matriz histórica, sem qualquer quebra da unidade territorial e política da Espanha, mas com ampla e evidente expansão cultural do galego, seria a melhor solução do problema, constituindo-se ao todo uma população internacional com mais de 160 milhões de falantes, população a ser ampliada, segundo cálculos demográficos recentes, para mais de 200 milhões de falantes, antes mesmo do ano dois mil.

Mas é evidente que não me cabe, como estrangeiro, indicar qualquer solução para o conflito lingüístico existente na Galiza. Tal solução deve ser encontrada, exclusivamente, pelo povo galego. Assim como aos galegos cabe, e a mais ninguém, deixar que o seu idioma seja assimilado pelo castelhano, ao sabor da ação desestruturadora do castrapo, ou então lutar contra isso, pela recuperação plena da língua, em busca da própria identidade nacional.